

Raça, nação, classe: as identidades ambíguas

**Étienne Balibar
Immanuel Wallerstein**

Raça, nação, classe: as identidades ambíguas



© Boitempo, 2021

© Éditions La Découverte, Paris, 1988, 2018

Título original *Race, nation, classe. Les identités ambiguës*

Direção-geral Ivana Jinkings

Edição Thais Rimkus

Tradução Wanda Caldeira Brant

Assistência editorial Pedro Davoglio

Coordenação de produção Livia Campos

Preparação Ana Cecília Água de Melo

Revisão Fabiana Medina

Capa Maikon Nery

Diagramação Antonio Kehl

Equipe de apoio Alexander Lima, Artur Renzo, Carolina Mercês, Débora Rodrigues, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni Andrade, Higor Alves, Ivam Oliveira, Jessica Soares, Kim Doria, Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marisol Robles, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Raí Alves

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B154r

Balibar, Étienne, 1942-

Raça, nação, classe : as identidades ambíguas / Étienne Balibar, Immanuel Wallerstein ; [tradução Wanda Caldeira Brant]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2021.

Tradução de: Race, nation, classe : les identités ambiguës

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5717-052-6

1. Racismo. 2. Nacionalismo. 3. Classes sociais. I. Wallerstein, Immanuel. II. Brant, Wanda Caldeira. III. Título.

21-69220

CDD: 305.5

CDU: 316.482.3

Leandra Felix da Cruz Cândido - Bibliotecária - CRB-7/6135

Cet ouvrage a bénéficié du soutien des Programmes d'aides à la publication de l'Institut Français.

Este livro contou com o apoio à publicação do Institut Français.



É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: março de 2021

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 | 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br

www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo

www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

*A nossos amigos
Mokhtar Mokhtefi e Élaine Klein*

A nossos leitores brasileiros: Immanuel Wallerstein, que tinha ligações estreitas com o Brasil, seus habitantes, seus militantes, seus intelectuais, e que nunca deixou de reivindicar “o espírito de Porto Alegre”, teria ficado muitíssimo feliz com a publicação da tradução brasileira de nosso livro. De minha parte, também considero uma grande honra e uma oportunidade de fazer avançar nossa reflexão comum. *Raça, nação, classe* foi escrito logo após nosso seminário na Maison des Sciences de l’Homme, há bastante tempo, e em um lugar – um país do “Norte global” – cuja história e “composição política” eram muito diferentes das de vocês. Mas foi um livro concebido desde o início numa perspectiva ao mesmo tempo internacionalista e cosmopolita, como uma contribuição à reflexão de “movimentos antissistêmicos” que, por definição, são de âmbito transnacional. É por isso que espero que ele seja recebido hoje de forma crítica, mas também com espírito de discussão e enriquecimento mútuo. Desejo a vocês, queridos amigos brasileiros, boa sorte em meio às duras provas pelas quais estão passando e das quais creio que sairão vitoriosos. Com toda a minha amizade e a minha solidariedade, em memória de Immanuel.

Étienne Balibar

Sumário

Introdução – <i>Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein</i>	11
Prefácio à edição francesa de 2018 – <i>Entrevista de Étienne Balibar e Immanuel Wallerstein, por Manuela Bojadžijev</i>	15
Prefácio – <i>Étienne Balibar</i>	35
Parte I. O racismo universal	49
1 Existe um “neorracismo”? – <i>Étienne Balibar</i>	51
2 As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo <i>versus</i> racismo e sexismo – <i>Immanuel Wallerstein</i>	65
3 Racismo e nacionalismo – <i>Étienne Balibar</i>	75
Parte II. A nação histórica	109
4 A construção do conceito de povo: racismo, nacionalismo, etnicidade – <i>Immanuel Wallerstein</i>	111
5 A forma nação: história e ideologia – <i>Étienne Balibar</i>	129
6 As estruturas domésticas e a formação da força de trabalho na economia-mundo capitalista – <i>Immanuel Wallerstein</i>	151
Parte III. Classes: polarização e sobreDeterminação	159
7 Conflito de classes na economia-mundo capitalista – <i>Immanuel Wallerstein</i> . 161	
8 Marx e a história: ênfases frutíferas e infrutíferas – <i>Immanuel Wallerstein</i> 173	
9 O burguês (a burguesia) como conceito e realidade – <i>Immanuel Wallerstein</i> . 185	
10 Da luta de classes à luta sem classes? – <i>Étienne Balibar</i> 207	

Parte IV. Deslocamentos do conflito social?	239
11 Conflito social na África negra pós-independência: reconsideração dos conceitos de raça e de grupo de status – <i>Immanuel Wallerstein</i>	241
12 O “racismo de classe” – <i>Étienne Balibar</i>	261
13 Racismo e crise – <i>Étienne Balibar</i>	275
Posfácio – <i>Immanuel Wallerstein</i>	287
Referências bibliográficas	293
Sobre os autores	303

No mesmo momento em que as análises acadêmicas do racismo privilegiam o estudo das *teorias* racistas, expressam que o racismo “sociológico” é um fenômeno *popular*. A partir dessa ideia, o desenvolvimento do racismo na classe operária (que, para os militantes socialistas e comunistas, parece contra sua própria natureza) torna-se fruto de uma tendência que seria inerente às massas. O racismo institucional encontra-se projetado na própria construção dessa categoria psicosociológica denominada “massa”. Portanto, é preciso tentar analisar o processo de deslocamento que, ao passar de classes para massas, faz com que as últimas pareçam ao mesmo tempo *sujeito* e *objeto* privilegiado do racismo.

É possível dizer que alguma classe social, por sua situação, sua ideologia (para não dizer sua identidade), seja propensa às atitudes e aos comportamentos racistas? Foi sobretudo a propósito da ascensão do nazismo que se debateu essa questão, primeiro de uma forma especulativa, depois por meio de diversos indicadores empíricos². O resultado foi totalmente paradoxal, pois a suspeita não recaiu em torno de nenhuma classe social; no entanto, houve uma predileção marcante pela “pequena burguesia”. Porém, esse conceito é sem dúvida alguma equivocado e traduz, sobretudo, as apórias de uma análise de classes concebida como um recorte da sociedade em fatias de

¹ Revisão de uma intervenção no seminário GliEstranei – Seminario di studi su razzismo e antirazzismo negli anni 80, org. Clara Gallini no Istituto Universitario Orientale, Nápoles, maio 1987.

² Cf. Pierre Ayçoberry, *La Question nazie. Essai sur les interprétations du national socialisme, 1922-1975* (Paris, Seuil, 1979).

população mutuamente excludentes. Como em toda questão sobre a origem de um fato que envolve uma imputação política, temos interesse em inverter a pergunta: não buscar na natureza da pequena burguesia as bases do racismo que invade a vida cotidiana (ou do movimento que o sustenta), mas procurar compreender como o desenvolvimento do racismo faz emergir uma massa “pequeno-burguesa” a partir de diferentes situações materiais. Substituiremos, assim, a questão mal colocada sobre as bases de classe do racismo por outra mais decisiva e complexa, que, em parte, a primeira é destinada a ocultar: a das relações entre o racismo como suplemento do nacionalismo e a irredutibilidade do conflito de classes na sociedade. Teremos de nos perguntar como o desenvolvimento do racismo desloca o conflito de classes, ou melhor, como esse conflito costuma ser transformado por uma relação social “racista”? E também o inverso disso: de que maneira o fato de a alternativa nacionalista à luta de classes adquirir a forma específica de racismo pode ser considerado indício do caráter inconciliável deste? É evidente, isso não significa que não seja importante analisar, em determinada conjuntura, como a condição de classe (produzida por condições materiais de existência e de trabalho, mas também por tradições ideológicas e relações na prática com a política) determina os efeitos do racismo na sociedade: a frequência e as formas de “passagem ao ato”, o discurso que o expressa, a adesão ao racismo militante.

Os indícios de uma constante sobredeterminação do racismo pela luta de classes são de maneira universal tão localizáveis em sua história quanto a determinação nacionalista e, em toda parte, estão ligados à ideia central de seus fantasmas e de suas práticas. Isso é suficiente para mostrar que, neste caso, estamos diante de uma determinação muito mais concreta e decisiva que as generalidades de que tanto gostam os sociólogos da “modernidade”. É muito insatisfatório considerar o racismo (ou a combinação nacionalismo-racismo) como uma das expressões paradoxais do individualismo ou do igualitarismo que caracterizariam as sociedades modernas (de acordo com a velha dicotomia das sociedades “fechadas”, “hierarquizadas” e das sociedades “abertas”, “em que há mobilidade”) ou como uma reação de defesa contra esse individualismo, que traduziria a nostalgia de uma ordem social “comunitária”³. O individualismo só existe nas formas concretas da concorrência

³ Ver as teorizações de Karl Popper, *La Société ouverte et ses ennemis* (Paris, Seuil, 1979), tradução francesa muito malfeita, e as mais recentes de Louis Dumont, *Essais sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne* (Paris, Seuil, 1983) [ed. bras.: *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*, trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Rocco, 1993].

mercantil (inclusive a concorrência entre forças de trabalho), em equilíbrio instável com a associação dos indivíduos, sob as exigências das lutas de classes. O igualitarismo só existe nas formas contraditórias da democracia política (onde esta existe), do “Estado de bem-estar social” (onde este existe), da polarização das condições de existência, da segregação cultural, da utopia reformista ou revolucionária. São essas determinações que conferem ao racismo uma dimensão “econômica”, não uma dimensão de simples representações antropológicas.

Todavia, a *heterogeneidade* das formas históricas da relação entre o racismo e a luta de classes causa um problema. Ela se estende desde a maneira como o antisemitismo se transformou em “anticapitalismo” de má qualidade, em torno do tema do “dinheiro de judeu”, até a forma como a categoria imigração reúne, hoje, o estigma racial e o ódio de classe. Cada uma dessas configurações é irredutível (assim como as conjunturas correspondentes), o que impede definir qualquer relação simples de “expressão” (ou, do mesmo modo, de substituição) entre racismo e luta de classes.

Na manipulação do antisemitismo enquanto artifício anticapitalista, entre 1870 e 1945 fundamentalmente (ou seja, cabe observar, no período mais importante do enfrentamento entre os Estados burgueses europeus e o internacionalismo proletário organizado), não encontramos apenas a designação de um bode expiatório para a revolta dos proletários, a exploração de suas divisões, nem apenas a representação projetiva dos males de um sistema social abstrato por meio da personificação imaginária dos “responsáveis” por ele (ainda que esse mecanismo seja essencial ao funcionamento do racismo)⁴. Encontramos a “fusão” de duas narrativas históricas em que cada uma é suscetível de metaforizar a outra: por um lado, a narrativa da formação das nações em detrimento da unidade perdida da “Europa cristã”; por outro, a do conflito entre a independência nacional e a internacionalização das relações econômicas capitalistas, que corre o risco de corresponder a uma internacionalização das lutas de classes. É por isso que o judeu, excluído interno comum a todas as nações, mas também, de maneira negativa, pelo ódio teológico do qual é alvo, testemunha do amor que supostamente une os “povos cristãos”, pode ser de maneira imaginária identificado com o “cosmopolitismo do

⁴ A personificação do capital, relação social, começa com a própria figura do *capitalista*. Mas essa jamais foi suficiente para mobilizar os afetos. É por isso que, de acordo com a lógica do “excesso”, nele se acumulam outras características reais e imaginárias: costumes, descendência (as “duzentas famílias”), origens estrangeiras, estratégias secretas, complô racial (o projeto dos judeus de “dominação mundial”) etc. Sem dúvida, não é por acaso que, de maneira singular, no caso dos judeus, essa personificação se torna relacionada com a elaboração do fetichismo do dinheiro.

capital” que ameaça toda independência nacional reativando ao mesmo tempo o vestígio da unidade perdida⁵.

O cenário é bastante diferente quando o racismo anti-imigrantes realiza a identificação máxima da situação de classe e da origem étnica (cujas bases reais sempre existiram na mobilidade inter-regional, internacional e intercontinental da classe operária, às vezes maciça, outras vezes residual, mas jamais abolida, o que é de maneira precisa uma das características especificamente proletárias de sua condição). Ele a combina com o amálgama de funções sociais antagônicas: assim, os temas da “invasão” da sociedade francesa pelos magrebinos, da imigração responsável pelo desemprego estão ligados ao do dinheiro dos magnatas do petróleo que compram “nossas” empresas, “nossos” imóveis para alugá-los e “nossas” casas de campo para passar temporadas. O que explica, em parte, porque os argelinos, os tunisianos e os marroquinos costumam ser designados genericamente como “árabes” (sem esquecer que esse significante, verdadeiro ponto de conexão do discurso, estabelece uma ligação entre esses temas e os do terrorismo, do islamismo etc.). Mas outras configurações não devem ser esquecidas, inclusive aquelas que resultam de uma inversão do valor dos termos: por exemplo, o tema da “nação proletária”, talvez inventado nos anos 1920, pelo nacionalismo japonês⁶, de qualquer maneira destinado a desempenhar um papel crucial na cristalização do nazismo, que não podemos deixar passar em silêncio quando consideramos seus ressurgimentos recentes.

A complexidade dessas configurações explica também por que é impossível manter pura e simplesmente a ideia de uma *utilização* do racismo contra a “consciência de classe” (como se esta devesse surgir de forma natural da condição de classe, *a menos* que fosse impedida, corrompida, desnaturalizada pelo racismo), mesmo que admitamos como uma hipótese de trabalho indispensável que “classe” e “raça” constituem os dois polos antinônicos de uma dialética permanente, situada no centro das representações modernas da história. Aliás, suspeitamos de que as visões instrumentalistas, conspiratórias do racismo no movimento operário ou entre seus teóricos (sabemos o preço elevado pago por elas: ter sido um dos primeiros a prevê-lo é

⁵ As coisas se complicam ainda mais pelo fato de a unidade perdida da “Europa cristã”, figuração mítica das “origens da civilização”, ser assim representada no registro racial no momento em que essa mesma Europa começa a “civilizar o mundo”, ou seja, submetê-lo a sua dominação, por meio de uma feroz concorrência entre nações.

⁶ Cf. Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Londres, Verso, 1983), p. 92-3 [ed. bras.: *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, trad. Denise Bottmann, São Paulo, Companhia das Letras, 2008].

o imenso mérito de Wilhelm Reich), do mesmo modo que as visões mecanicistas, que veem no racismo o “reflexo” dessa condição de classe, em grande medida, têm também a função de negar a presença do nacionalismo na classe operária e em suas organizações; em outras palavras, o conflito interno entre nacionalismo e ideologia de classe do qual depende a luta de massa contra o racismo (assim como a luta revolucionária contra o capitalismo). Gostaria de ilustrar a evolução desse conflito interno, ao discutir, aqui, alguns aspectos históricos do “racismo de classe”.

Vários historiadores do racismo (Poliakov, Michèle Duchet e Madeleine Rebérioux, Colette Guillaumin, Eric Williams a propósito da escravidão moderna etc.) salientaram que, no início, a noção moderna de raça, por ser empregada em um discurso de desprezo e de discriminação e ser utilizada para cindir a humanidade em “super-humanidade” e “sub-humanidade”, não teve significado nacional (ou étnico), mas significado de classe, ou melhor (pois não se trata de representar a desigualdade das classes sociais como uma desigualdade natural), de casta⁷. Desse ponto de vista, ela tem uma dupla origem: por um lado, a representação aristocrática da nobreza hereditária como uma “raça” superior (ou seja, de fato, a narrativa mítica pela qual uma aristocracia, que já tinha sua dominação ameaçada, garante para si a legitimidade de seus privilégios políticos e idealiza a duvidosa continuidade de sua genealogia); por outro lado, a representação escravagista das populações submetidas ao tráfico como “raças” inferiores, desde sempre predestinadas à servidão e incapazes de civilização autônoma. O que leva aos discursos do sangue, da cor da pele, da mestiçagem. Só mais tarde a noção de raça foi “etnicizada” para se integrar ao complexo nacionalista, ponto de partida de suas metamorfoses sucessivas. Assim, elucidamos o fato de que, *desde o início*, as representações racistas da história estão relacionadas com a luta de classes. Mas esse fato só adquire grande importância se examinarmos a forma como evolui a noção de raça e a influência do nacionalismo desde as primeiras formas do “racismo de classe” – em outras palavras, sua determinação política.

⁷ Léon Poliakov, *Histoire de l'antisémitisme* (Paris, Hachette, 1981) (coleção Pluriel); Michèle Duchet e Madeleine Rebérioux, “Préhistoire et histoire du racisme”, em Patrice de Comarmond e Claude Duchet (orgs.), *Racisme et société* (Paris, François Maspero, 1969); Colette Guillaumin, *L'Idéologie raciste. Genèse et langage actuel* (Paris/La Haye, Mouton, 1972); “Caractères spécifiques de l'idéologie raciste”, *Cahiers internationaux de sociologie*, v. LIII, 1972; “Les Ambiguïtés de la catégorie taxinomique ‘race’”, em Léon Poliakov (org.), *Entretiens sur le racisme*, t. I: *Hommes et bêtes* (Paris/La Haye, Mouton, 1975); Eric Williams, *Capitalism and Slavery* (Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1944) [ed. bras.: *Capitalismo e escravidão*, trad. Denise Bottman, São Paulo, Companhia das Letras, 2012].

A aristocracia não se pensou nem se apresentou de saída sob a categoria “raça”: trata-se de um discurso tardio⁸ – cuja função é nitidamente defensiva, por exemplo, na França (com o mito do “sangue azul” e da origem “franca” ou “germânica” da nobreza hereditária) – que se desenvolve quando a monarquia absoluta centraliza o Estado à custa dos senhores feudais e começa a “criar” em seu meio uma nova aristocracia, administrativa e financeira, de origem burguesa, cumprindo, assim, uma etapa decisiva para a constituição do Estado-nação. Ainda mais interessante é o caso da Espanha clássica, tal como analisado por Poliakov: a perseguição aos judeus após a Reconquista, força motriz indispensável para transformar o catolicismo em religião do Estado, é também sinal da cultura “multinacional” contra a qual se efetua a espanização (ou melhor, a castelhanização). Portanto, está estreitamente ligada à formação desse protótipo do nacionalismo europeu. Mas ela reveste um significado ainda mais ambivalente quando deságua na instituição dos “estatutos da pureza do sangue” (*limpieza de sangre*) que o discurso do racismo europeu e norte-americano herdou: proveniente da negação da mestiçagem original com os mouros e os judeus, a definição hereditária da *raza* (e a correspondente averiguação rigorosa de seus títulos) serve, de fato, para isolar uma aristocracia interna e *ao mesmo tempo* para conferir ao “povo espanhol” uma nobreza fictícia, para torná-lo um “povo de senhores” no momento em que, por meio do terror, do genocídio, da escravidão, da cristianização forçada, ele conquista e domina o maior dos impérios coloniais. Nessa trajetória exemplar, o racismo de classe já se transforma em racismo nacionalista sem por isso desaparecer⁹.

Mas o que é bem mais importante para nossa questão é a inversão de valores a que se assiste a partir da primeira metade do século XIX. O racismo aristocrático (protótipo do que os analistas atuais chamam de racismo “autorreferencial”, que começa transformando o próprio senhor do discurso em raça; daí a importância de sua posteridade imperialista no contexto colonial: os ingleses na Índia, os franceses na África, por mais vulgares que fossem sua origem, seus interesses, seu comportamento, todos se veem como nobreza moderna) é, de fato, ligado de maneira indireta à acumulação primitiva do capital, mesmo que seja apenas por sua função nas nações colonizadoras. Ao mesmo tempo que a Revolução Industrial criou as relações de classes propriamente capitalistas, levou ao surgimento do *novo*

⁸ Que, no caso da França, substitui a “ideologia das três funções”, ideologia fundamentalmente teológica e jurídica, expressiva, ao contrário, do lugar orgânico ocupado pela nobreza na construção do Estado (o “feudalismo” propriamente dito).

⁹ Léon Poliakov, *Histoire de l'antisémitisme*, t. I, cit., p. 95 e seg.

racismo da época burguesa (o primeiro “neoracismo”, historicamente falando): o que visa ao *proletariado*, em suas duas posições, a de população explorada (e até mesmo supereexplorada, antes dos primeiros projetos do Estado de bem-estar social) e a de população politicamente ameaçadora.

Louis Chevalier descreveu de forma detalhada e singular a rede de significados disso¹⁰. É então, a propósito da “raça dos operários”, que a noção de raça se descola de suas conotações histórico-teológicas para entrar no campo de equivalências entre sociologia, psicologia, biologia imaginária e patologia do “corpo social”. Identificaremos, neste caso, os temas obsessivos da literatura policial, médica, filantrópica e da literatura propriamente dita (que é um dos meios dramáticos fundamentais e uma das chaves políticas do “realismo” social). Pela primeira vez, acabam se condensando em um mesmo discurso os aspectos até hoje típicos de qualquer procedimento de racização de um grupo social: os da miséria material e espiritual, da criminalidade, do vício congênito (o alcoolismo, a droga), das taras físicas e morais, da sujeira corporal e da incontinência sexual, das doenças específicas que ameaçam a humanidade de “degenerescência” – com a oscilação característica: ou os próprios operários constituem uma raça degenerada, ou ela é fruto de sua presença e do contato com eles; seja como for, é a condição operária que constitui um fermento de degenerescência para a “raça” dos cidadãos, dos nacionais. Com essas ideias é construída a equação fantasmática das “classes laboriosas” e das “classes perigosas”, fusão de uma categoria socioeconômica com outra antropológica e moral que servirá de suporte para todas as variantes do determinismo sociobiológico (e também psiquiátrico), tomando de empréstimo garantias pseudocientíficas do evolucionismo darwiniano, da anatomia comparada e da psicologia das massas, mas sobretudo envolvendo uma rede de instituições policiais e de controle social¹¹.

Ora, esse racismo de classe é indissociável de processos históricos fundamentais que, até hoje, tiveram uma evolução desigual. Aqui vou apenas mencioná-los. Em primeiro lugar, ele está ligado a um problema político crucial para a constituição

¹⁰ Louis Chevalier, *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX^e siècle* (Paris, Hachette, 1984) (coleção Pluriel).

¹¹ Cf. Gaby Netchine, “L’Individuel et le collectif dans les représentations psychologiques de la diversité des êtres humains au XIX^e siècle”, em Léon Poliakov, *Entretiens sur le racisme*, t. II: *Ni juif ni grec* (Paris/La Haye, Mouton, 1978); Lion Murard e Patrick Zylberman, *Le Petit Travailleur infatigable ou le proléttaire régénéré: Villes-usines, habitat et intimités au XIX^e siècle* (Fontenay-sous-Bois, Recherches, 1976).

do Estado-nação. As “revoluções burguesas”, sobretudo a Revolução Francesa, por seu igualitarismo jurídico radical, tinham colocado a questão dos *direitos políticos da massa* de modo irreversível. Disputa de um século e meio de lutas sociais. A ideia de uma *diferença de natureza* entre os indivíduos tornou-se, do ponto de vista jurídico e moral, contraditória, até mesmo impensável. No entanto, politicamente essa ideia era indispensável, tanto é que as “classes perigosas” (para a ordem social estabelecida, para a propriedade e o poder das “elites”) deveriam ser excluídas, à força e pelo direito, da “capacidade” política e confinadas nas margens da cidade: em suma, tanto é que era importante lhes *negar a cidadania* mostrando (e persuadindo-as) que lhes “faltavam”, constitucionalmente, as qualidades da humanidade perfeita ou da humanidade normal. Duas antropologias (costumo sugerir dois “humanismos”) se confrontam, então: a da igualdade de nascimento e a da desigualdade hereditária, que permite renaturalizar os antagonismos sociais.

Ora, desde o início, esse processo é sobredeterminado pela ideologia nacional. Disraeli¹² (aliás, surpreendente teórico imperialista da “superioridade dos judeus” sobre a própria “raça superior” anglo-saxônica) o resumira de forma admirável, ao explicar que o problema dos Estados contemporâneos é a cisão tendencial de “duas nações” no interior de uma mesma formação social. Por isso, indicou a via que poderia ser seguida pelas classes dominantes em confronto com a organização progressiva das lutas de classes: em primeiro lugar, dividir a massa dos “miseráveis” (de maneira específica, reconhecendo no campesinato e nos artesãos “tradicionalis” as qualidades de autenticidade nacional, boa saúde, moralidade e integridade racial precisamente antinônicas à patologia industrial); em seguida, aos poucos, deslocar os estigmas da periculosidade e da hereditariedade das “classes laboriosas” em geral para os estrangeiros, de forma específica para os imigrantes e os colonizados, ao mesmo tempo que a instituição do sufrágio universal remeteria o hiato entre os “cidadãos” e os “sujeitos” às fronteiras da nacionalidade. No entanto, nesse processo observou-se sempre (mesmo em países como a França, onde a população nacional não comporta uma segregação institucional, um *apartheid* original, exceto, precisamente, se o que se considera é a totalidade do espaço

¹² Cf. Hannah Arendt, “Antisemitism”, em *The Origins of Totalitarianism* (Nova York, Harcourt, Brace and World, 1968), p. 68 e seg. [ed. bras.: *Origens do totalitarismo*, trad. Roberto Raposo, São Paulo, Companhia das Letras, 1989]; Léon Poliakov, *Histoire de l'antisémitisme*, cit., v. II, p. 176 e seg.; Karl Polanyi, “Disraeli, les ‘Deux Nations’ et le probl.me des races de couleur”, apêndice XI, em *La Grande Transformation* (Paris, Gallimard, 1983) [ed. bras.: *A grande transformação: as origens da nossa época*, trad. Fanny Wrobel, São Paulo, Campus Elsevier, 2000].

imperial) um atraso característico do fato em relação ao direito: uma persistência do “racismo de classe” para com as classes populares (e, ao mesmo tempo, uma suscetibilidade particular dessas classes à estigmatização racial, uma extrema ambivalência de sua própria atitude concernente ao racismo). O que nos remete a outro aspecto permanente do racismo de classe.

Entendo, com isso, o que convém chamar de *racização institucional do trabalho manual*. Descobriríamos sem dificuldade que suas origens são longínquas, tão antigas quanto as próprias sociedades de classes. Desse ponto de vista, não há diferença significativa entre o modo como se expressa o desprezo pelo trabalho e pelo trabalhador manual entre as elites filosóficas da Grécia escravagista e o modo como um Taylor descreve em 1909 a predisposição de alguns indivíduos para as tarefas fatigantes, que sujam muito e são repetitivas, demandam vigor corporal, mas não inteligência nem espírito de iniciativa (o “homem-boi” em *Princípios da administração científica*; paradoxalmente, o mesmo homem é também afetado por uma propensão inveterada a “vaguear de maneira sistemática”; por isso é preciso um [contra]mestre para trabalhar de acordo com sua natureza)¹³. No entanto, neste caso, a Revolução Industrial e o assalariado capitalista produzem um deslocamento. O que agora é objeto do desprezo e, em contrapartida, alimenta o medo não é mais o trabalho manual puro e simples (ao contrário, o que vemos, no contexto de ideologias paternalistas, arcaizantes, é uma idealização teórica deste sob a forma do “artesano”): é o trabalho *corporal*, de forma mais precisa, o trabalho corporal mecanizado, transformado em “apêndice da máquina”, portanto submetido a uma violência ao mesmo tempo física e simbólica sem precedente imediato (aliás, sabemos muito bem que ela não desaparece com as novas etapas da Revolução Industrial, e sim se perpetua sob formas “modernizadas”, “intelectualizadas” e, ao mesmo tempo, sob formas “árcaicas” em um grande número de setores de produção).

Esse processo modifica o *status* do corpo humano (o *status* humano do corpo): cria *homens-corpos* cujo corpo é um corpo-máquina, desmembrado e dominado, utilizado para uma função ou um gesto dissociados, ao mesmo tempo destruído em sua integridade e fetichizado, atrofiado e hipertrofiado em seus órgãos “úteis”.

¹³ Frederic W. Taylor, *La Direction scientifique des entreprises* (Verviers/Paris, Gérard et Cie/l'Inter, 1967) [ed. bras.: *Princípios da administração científica*, trad. Arlindo Vieira Ramos, São Paulo, Atlas, 1995]; ver os comentários de Robert Linhart, *Lénine, les paysans, Taylor* (Paris, Seuil, 1976), e os de Benjamin Coriat, *L'Atelier et le chronomètre* (Paris, Christian Bourgois, 1979). Cf. também meu estudo “Sur le concept de la division du travail manuel et intellectuel”, em Jean Belkhir et al., *L'Intellectuel, l'intelligentsia et les manuels* (Paris, Anthropos, 1983).

Ora, como toda violência, essa é inseparável de uma resistência e também de uma culpabilidade. A quantidade de trabalho “normal” só pode ser reconhecida e extraída do corpo operário em um período posterior, uma vez que a luta fixou seus limites: a regra é a superexploração, a destruição tendencial do organismo (que será metamorfoseado como “degenerescência”) e, de qualquer maneira, o excesso na repressão das funções intelectuais do trabalho. Processo insuportável para o operário, mas que não é mais “aceitável” por seus patrões sem elaboração ideológica e fantasmática: que haja homens-corpos quer dizer que há *homens sem corpo*, que os homens-corpos sejam homens com o corpo desmembrado e mutilado (mesmo que seja apenas por sua “separação” da inteligência) quer dizer que é preciso dotar os indivíduos de alguma espécie de *supercorpo*, desenvolver o esporte, a virilidade ostentatória para se proteger da ameaça que paira sobre a raça humana¹⁴...

Somente essa situação histórica, essas relações sociais específicas permitem compreender em sua totalidade o processo de estetização (e, portanto, de sexualização, de acordo com a forma fetichista) do corpo que caracteriza todas as variantes do racismo moderno, provocando ora a estigmatização dos “traços físicos” da inferioridade racial, ora a idealização do “tipo humano” da raça superior. Elas indicam o verdadeiro significado de recorrer à biologia na história das teorias racistas que, de maneira profunda, não tem nada a ver com a influência das descobertas científicas, mas constitui uma metáfora e uma idealização do fantasma somático. Uma vez que a biologia erudita e também vários outros discursos teóricos se articulem com a visibilidade do corpo, de suas maneiras de ser, de seus comportamentos, de seus membros e de seus órgãos emblemáticos, podem cumprir essa função. Seria conveniente, aqui, conforme as hipóteses formuladas em outros textos a propósito do neoracismo e de sua ligação com as formas recentes da parcelização do trabalho intelectual, continuar a pesquisa, descrevendo a “somatização” das

¹⁴ É evidente que a “bestialidade” do escravo sempre foi problemática, de Aristóteles e seus contemporâneos à trajetória moderna (a hipersexualização da qual ela é objeto seria suficiente para confirmá-lo); mas a Revolução Industrial produz um novo paradoxo: o corpo “bestial” do operário é cada vez menos *animal*, cada vez mais intensamente tecnicizado, portanto humanizado. Trata-se da angústia de uma *super-humanização* do homem (em seu corpo e em sua inteligência “objetivada” pelas ciências cognitivas e pelas técnicas de seleção e de formação correspondentes), mais que de uma *sub-humanização*, em todo caso é a reversibilidade de ambas que se descarrega em fantasmas de animalidade, e cuja projeção se encontra canalizada de preferência para o trabalhador a quem o *status de “estrangeiro”* confere ao mesmo tempo os atributos de um “outro macho”, de um “concorrente”.

capacidades intelectuais, portanto sua racização, à qual assistimos hoje, desde a instrumentalização do QI até a estetização do “executivo” que tem poder de decisão e é intelectual e esportista¹⁵.

Mas existe ainda outro aspecto determinante na constituição do racismo de classe. A classe operária é uma população ao mesmo tempo heterogênea e flutuante, com “limites” imprecisos, por definição, uma vez que eles dependem de transformações contínuas do processo de trabalho e do movimento de capitais. Não se trata de uma casta social, ao contrário das castas aristocráticas ou até mesmo das frações dirigentes da burguesia. O que o racismo de classe (e *a fortiori* o racismo nacionalista de classe, como no caso dos imigrantes) tende a produzir é, no entanto, o equivalente a um fechamento de casta para, pelo menos, parte da classe operária. Ou melhor (para ser mais preciso, pior): é o mais completo fechamento possível na ordem da “mobilidade social”, combinado com a mais completa abertura possível aos fluxos de proletarização.

Em outras palavras, no que diz respeito a essa questão, a lógica da acumulação capitalista comporta *dois* aspectos contraditórios: por um lado, mobilizar, desestabilizar de maneira contínua as condições de vida e de trabalho, de modo a assegurar a concorrência no mercado de trabalho, extrair sem cessar novos trabalhadores do “exército industrial de reserva”, manter uma superpopulação relativa; por outro, estabilizar durante muito tempo (no decorrer de várias gerações) coletividades operárias, de modo a “educá-las” para o trabalho e “vinculá-las” à empresa (e também para possibilitar o funcionamento do mecanismo de correspondência entre hegemonia política “paternalista” e “familiarismo” operário). Por um lado, a condição de classe, ligada apenas à relação salarial, não tem nada a ver com a ascendência e a descendência; no limite, a própria noção de “pertencimento a uma classe” é privada de significado prático; só importa a situação de classe *hic et nunc* [aqui e agora]. Por outro, é necessário que pelo menos parte dos operários seja constituída por filhos de operários, é preciso que se institua uma *hereditariedade social*¹⁶. No entanto, com ela, na prática, aumentam também as capacidades de resistência e de organização.

¹⁵ Cf., neste livro, os estudos “Existe um ‘neoracismo?’” (cap. 1) e “Racismo e nacionalismo” (cap. 3).

¹⁶ Não só no sentido de uma filiação individual, mas no sentido de uma “população” tendencialmente praticante da endogamia; não só no sentido de uma transmissão de conhecimento prático (mediado por aprendizagem, escolarização e disciplina industrial), mas no sentido de uma “ética coletiva”, construída nas instituições e nas identificações subjetivas. Além das obras já citadas, cf. Jean-Paul de Gaudemar, *La Mobilisation générale* (Paris, Champ Urbain, 1979).

Dessas exigências contraditórias nasceram as políticas demográficas, as políticas de imigração e de segregação urbana – de um ponto de vista mais genérico, as práticas *antroponómicas*, segundo expressão de Daniel Bertaux¹⁷ – utilizadas ao mesmo tempo pelo patronato e pelo Estado a partir de meados do século XIX, com seu duplo aspecto paternalista (ele mesmo estreitamente ligado à propaganda nacionalista) e disciplinar, de “guerra social” contra as massas selvagens e de “civilização”, em todas as acepções da palavra, dessas mesmas massas, cuja ilustração perfeita se encontra hoje no tratamento sociopolicial das “periferias” e dos “guetos”. Não por acaso, o complexo racista atual se junta ao “problema da população” (com suas diversas conotações: natalidade, despovoamento e superpopulação, “mestiçagem”, urbanização, habitação social, saúde pública, desemprego) e se fixa, de preferência, na questão da *segunda geração*, chamada de forma equivocada de “imigrante”; sobre ela, é preciso saber se sucederá à precedente (a dos “trabalhadores imigrantes” propriamente ditos) – com o risco de desenvolver uma combatividade social bem mais forte, combinando as reivindicações de classe e as reivindicações culturais – ou se aumentará o número de indivíduos “deslocados para uma classe inferior a sua”, em situação instável entre a subproletarização e a “saída” da condição operária. Isso é o que está em jogo no racismo de classe, no que concerne não só à classe dominante, mas também às próprias classes populares: distinguir por sinal genéricos quais populações se destinam coletivamente à exploração capitalista ou devem ser mantidas em reserva para ela, ao mesmo tempo que o processo econômico as retira do controle direto do sistema (ou muito simplesmente, por meio do desemprego maciço, torna inoperantes os controles anteriores). Manter “no devido lugar”, de geração em geração, os que não têm lugar fixo: é preciso, então, que eles tenham uma genealogia. Unificar no imaginário os imperativos contraditórios do nomadismo e da hereditariedade social, a domesticação das gerações e a desqualificação das resistências.

Se essas observações forem adequadas, podem lançar alguma luz sobre os aspectos contraditórios do que não hesitarei em chamar de “autorracização” da classe operária. Haveria, neste caso, um leque de experiências sociais e de formas ideológicas a descrever, desde a organização das coletividades de trabalhadores em torno de símbolos de origem étnica ou nacional até a maneira como certo obreirismo, centrado nos critérios da *origem de classe* (e, por consequência, na instituição da família operária, no vínculo que só a família estabelece entre o “indivíduo” e “sua

¹⁷ Daniel Bertaux, *Destins personnels et structure de classe* (Paris, Presses Universitaires de France, 1977).

classe”) e da *supervalorização do trabalho* (e, por conseguinte, na virilidade que só ele confere), reproduz, do ponto de vista da “consciência de classe”, parte das representações da “raça dos operários”¹⁸. É verdade que as formas radicais do obreirismo, pelo menos na França, são antes ações de intelectuais e aparelhos políticos que pretendem “representar” a classe operária (de Proudhon ao Partido Comunista) que ações dos próprios operários. Acontece que elas têm tendência a constituir um “corpo” fechado para preservar posições conquistadas, tradições de luta, e para reverter contra a sociedade burguesa os significantes do racismo de classe. Dessa origem reativa decorre a ambivalência que caracteriza o obreirismo: desejo da classe operária de escapar da condição de exploração e recusa ao desprezo de que ela é objeto. Precisamente, é sobretudo em sua relação com o nacionalismo e com a xenofobia que essa ambivalência torna-se mais evidente. À medida que os operários rejeitam na prática o nacionalismo oficial (quando eles o rejeitam), esboçam uma alternativa política à perversão das lutas de classes. Mas, à medida que projetam nos estrangeiros seus temores e seu ressentimento, seu desespero e seu desafio, não é só, como se costuma dizer, a *concorrência* que eles combatem, mas de maneira muito mais profunda é de sua própria condição de explorados que buscam se distanciar. São *eles mesmos*, enquanto proletários, ou enquanto correm o risco de não escapar do moinho da proletarização, que eles detestam.

Em suma, do mesmo modo que existe uma constante determinação recíproca do nacionalismo e do racismo, existe uma determinação recíproca do “racismo de classe” e do “racismo étnico”, e *essas duas determinações não são independentes*. Cada qual produz seus efeitos, de alguma maneira, no campo da outra e sob sua pressão. Ao retomar esta sobredeterminação em linhas gerais (e ao tentar mostrar como ela esclarece as manifestações concretas do racismo e a constituição de seu discurso teórico), será que respondemos a nossas questões iniciais? Antes de mais nada, nós as reformulamos. O que foi chamado em outros lugares de excesso constitutivo do racismo com relação ao nacionalismo se revela ao mesmo tempo sintoma de uma falha concernente à luta de classes. No entanto, embora esse excesso esteja ligado ao fato de o nacionalismo se constituir contra a luta de classes (apesar de utilizar a sua dinâmica), e essa falha esteja ligada ao fato de a luta de

¹⁸ Cf. Gérard Noiriel, *Immigrés et prolétaires, Longwy, 1880-1980* (Paris, Presses Universitaires de France, 1985); Jacques Frémontier, *La Vie en bleu. Voyage en culture ouvrière* (Paris, Fayard, 1980); Françoise Duroux, *La Famille des ouvriers: mythe ou politique?* (tese de doutorado, Paris, Université Paris-VII, 1982).

classes ser refreada pelo nacionalismo, *eles não se compensam*: sobretudo, tendem, a se somar. Não importa, de maneira alguma, resolver se o nacionalismo é, antes de mais nada, um meio de imaginar e tentar obter a unidade entre o Estado e a sociedade que, em seguida, esbarra nas contradições da luta de classes, ou se, acima de tudo, ele é uma reação aos obstáculos que a luta de classes coloca para a unidade nacional. Em compensação, é importante observar que, no campo histórico em que figuram uma distância irredutível entre Estado e nação e *ao mesmo tempo* antagonismos de classes ressurgentes de maneira interminável, o nacionalismo adquire necessariamente a forma de racismo, ora em concorrência com outras formas (nacionalismo linguístico), ora combinado a elas, e que, assim, ele se engaja em uma eterna fuga para frente. Mesmo que o racismo continue latente, ou pouco presente na consciência dos indivíduos, ele é de fato esse excesso interno do nacionalismo que trai, no duplo sentido da palavra, sua articulação com a luta de classes. Daí seu paradoxo indefinidamente reconduzido: imaginar de forma regressiva um Estado-nação onde os indivíduos estariam, por natureza, “em casa”, porque estariam “entre eles” (entre semelhantes), e tornar este Estado inabitável; tentar produzir uma comunidade unificada diante dos inimigos “externos”, ao descobrir continuamente que o inimigo está “no interior”, identificando-o com signos que são apenas a elaboração fantasmática de *sus* divisões. Uma sociedade como essa é, no sentido próprio da expressão, uma sociedade politicamente alienada. Mas será que todas as sociedades contemporâneas não estão, em alguma medida, em luta contra sua própria alienação política?